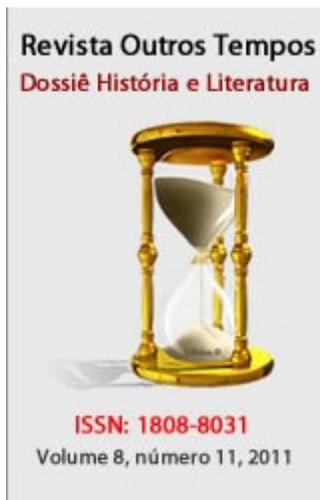


A LITERATURA COMO CONDIÇÃO: Apontamentos para a análise das *entradas* na carreira literária no Maranhão contemporâneo (1945-1964)¹

LITERATURE AS A CONDITION: Notes to the analyses of entries into the literary career in contemporary Maranhão (1945-1964)



FRANKLIN LOPES SILVA
Mestrando PPGH-UFMA
São Luís, Maranhão – Brasil
franklinlopes@gmail.com

Resumo: O objetivo central deste trabalho é a análise do *espaço literário* maranhense a partir do exame dos perfis sociais de um conjunto de agentes que ingressaram na carreira literária entre os anos de 1945 e 1964. Nosso foco recai sobre a relação entre os condicionantes sociais de *entrada* nesta carreira, os investimentos e trunfos adquiridos e suas posições ocupadas. Considerando-se a ausência de um *aparelho de celebração* autônomo no universo social analisado, privilegiamos, entre as múltiplas lógicas e *estratégias* de afirmação destes agentes, o exame das relações que estabelecem no trânsito entre os domínios intelectual e político. A noção de intelectual aqui empreendida pretende dar conta da associação entre esses domínios diversos e complementares em que atuaram os 37 agentes aqui analisados, atentos aos princípios que orientam suas tomadas de posição a partir de suas posições ocupadas no interior de um *espaço social* determinado.

Palavras-chave: Intelectuais. Literatura. Política. Condicionantes sociais.

Abstract: The aim of this paper is the analysis of literary space of Maranhão from examining the social profiles of a set of agents who entered the literary career between the years 1945 and 1964. Our focus is on the relation between the social conditions of entry, investments and assets acquired and the positions occupied. Considering the absence of an autonomous unit of celebration in the social universe analyzed privilege among the multiple logics and strategies for affirmation of these agents, the exam of the relations they establish in transit between the domains intellectual and political. Therefore, the notion of intellectual undertaken here aims to account for the association between these various domains and complementary to endure the 37 agents analyzed, mindful of the principles that guide their positions from their positions within an area social entity.

Keywords: Intellectuals. Literature. Politics. Social conditions.

¹ Artigo submetido à avaliação em 28/02/2011 e aprovado para publicação em 10/05/2011

“Na obra da ciência só se pode amar o que se destrói” (BACHELARD, 1996, p. 309). Essa máxima “bachelardiana” traduz bem a perspectiva que orienta o desenvolvimento deste trabalho. A adesão às impressões imediatas com relação à “vocação literária” é aqui substituída pelo esforço de compreensão dessa atividade a partir da submissão dos agentes às lógicas de funcionamento de uma estrutura de relações sociais específica, tomando-se as condições de ingresso na carreira literária em um dado período (1945-1964) e os mecanismos de seleção que subjazem às posições ocupadas por eles e orientam, relativamente, suas tomadas de posição no interior de um *espaço social* determinado.

Para tanto nos baseamos em um conjunto de dados relativos às características sociais de 37 escritores maranhenses que ingressaram na carreira literária entre os anos de 1945 e 1964, constituintes das *competências* que, no transcorrer de suas trajetórias, determinaram a composição das posições no universo social analisado. Utilizando-nos do método prosopográfico, elaboramos indicadores que nos informaram as condições objetivas para o ingresso desses agentes em suas carreiras literárias, demonstrando-as tão diversificadas quanto as possibilidades de alcance das posições mais valorizadas no universo social em pauta.

A opção por esse recorte empírico se deu primeiramente pela necessidade de seleção de um número mais reduzido de casos a serem analisados (possuímos um banco de dados sobre 118 escritores maranhenses), dadas as condições de realização de um trabalho monográfico². Conjugada a esse princípio, e ainda mais relevante, foi a possibilidade de analisarmos as estratégias e condições de acesso ao exercício literário em um período histórico de transformações conjunturais importantes nacionalmente e cujos efeitos “locais” tomaram formas de novas *coalizões* (BOISSEVAIN, 2003), possibilitando-nos a análise das lógicas de inserção de novos perfis sociais no processo de afirmação de elites intelectuais no Maranhão.

A partir da observação de padrões sociais e lógicas de adesões presentes no referido banco de dados, identificamos e recortamos um conjunto de agentes, primeiro pelo período de ingresso na carreira literária (1945-1964) e complementarmente pela identificação do trabalho de auto-representação e inter-reconhecimento acionado por eles, constituindo-se um conjunto de escritores que, além de situados historicamente, vinculam-se estética e, em alguns casos,

² O presente artigo baseia-se nas investigações iniciadas em nossa monografia de graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Maranhão e se pretende aqui apenas uma demonstração da dimensão mais sociográfica analisada naquela ocasião. Nosso intuito é suscitar críticas e indicações teórico-metodológicas proveitosas à continuidade de uma agenda de pesquisas indicada no referido trabalho. Este pode ser conferido integralmente em Silva (2010).

geracionalmente. Ressaltamos que nos importa aqui a construção do que podemos chamar de uma topografia social em um determinado período, a partir da análise dos seus perfis sociais. Isto implica a elaboração da estrutura das posições diferenciadas estabelecidas entre os agentes e instituições, competindo no interior de um *espaço de lutas* em torno da literatura e da noção de “intelectuais” como importantes recursos utilizados, estrategicamente, no processo de afirmação social. Com esse intuito, utilizamos como principal ferramenta para coleta de dados o método prosopográfico, que consiste, em sua formulação mais básica, em

definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de uma dinâmica social privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população ou o questionário em análise (CHARLE, 2006, p. 41).

A lógica de constituição das variáveis aqui analisadas se orienta no sentido de apreender os diferentes usos dos recursos sociais que possuíam esses agentes, como *estratégias* de inserção e afirmação literária. Contudo, tratando-se de condições de grande porosidade, entre os domínios político e intelectual, cujo trânsito é pouco obstruído por forças internas autônomas na forma de princípios próprios de legitimação e mecanismos de censura a pautas exógenas, esses diferentes usos prescindem da “necessidade de imediata reconversão de um domínio para o outro”, portanto pudemos tomar essa circulação entre espaços diversos de atuação pela noção de “papéis que são endossados e que solicitam dos seus protagonistas o desenvolvimento de habilidades prescritas para o trânsito entre linguagens e domínios, assim como para o uso de lógicas multidimensionais” (REIS, 2007. P. 58).

Para a construção do que tratamos por *espaço literário* e análise das *estratégias* de afirmação, disputas e repertórios acionados neste processo, constituíram-se em importantes fontes para obtenção de dados relativos aos agentes em pauta as publicações biográficas promovidas por instituições dedicadas à consagração de personagens que se “destacaram” no cenário intelectual maranhense, como a Academia Maranhense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Além desses, recolhemos informações de biografias, livros de memórias, prefácios, antologias, *sites* particulares ou institucionais, entrevistas, materiais produzidos pelos “movimentos” culturais de que participaram e alguns trabalhos acadêmicos que nos auxiliaram no mapeamento e caracterização historiográfica do período de ingresso desses agentes à carreira literária e o conhecimento dos pares geracionais que constituem os casos em análise.

Para a demonstração desta amalgamada dinâmica de relações e espaços de atuação, elaboramos o presente artigo com base em dois eixos centrais. O primeiro, diz respeito à

percepção de mesclas entre os domínios intelectual e político, enfocando a relação entre as posições ocupadas pelos agentes, suas representações compartilhadas – que interferem nos critérios de reconhecimento social – e a articulação entre diferentes domínios de atuação interligados. Assim, não possuindo o universo social analisado uma relativa autonomia, preferimos à utilização da noção de *campo*, enquanto categoria analítica, a de *espaços sociais*, conjugada à idéia de *hibridização* das lógicas de atuação política e intelectual, percebidas como constituídas a partir da importação de bens políticos e culturais oriundos de países e estados mais “centrais”, interferindo na remodelação “local” das lógicas e domínios de atuação dos agentes no universo social que analisamos.

O segundo eixo trata da relação entre as condições de acesso – recursos sociais disponíveis, declínio familiar, relações pessoais, conjuntura política etc. – desses “intelectuais” ao serviço público e ao setor editorial em expansão a ele vinculado – cargos ocupados junto ao SIOGE, Secretarias e Fundações vinculadas à “cultura” etc. Isso implica a ênfase sobre duas concepções com respeito às modalidades de atuação política desses “intelectuais”: a importância dos cargos públicos como espaços privilegiados para o fomento de programas voltados à ampliação dos serviços editoriais, o que constitui os postos de direção de instituições como o SIOGE, a FUNC e a SECMA em destacadas *estratégias* desse tipo; e a incorporação de uma gramática política nas obras desses escritores, mesclando às fórmulas típicas das composições poéticas e romanescas um conjunto de jargões próprios da atuação política: o modelo aqui não é o do artista “puro”, dedicado à “arte pela arte”, conjugando-se à “capacidade” de fazer política e ao seu manuseio e valorização teórica (PÉCAUT, 1990) a “sensibilidade” do fazer poético que lhe gabarita a percepção mais “profunda” dos problemas sociais.

A valorização de determinados recursos em posse dos referidos agentes está vinculada a conjunturas históricas “excepcionais” que, conforme observa Eliana Reis, “são contextos que explicitam as tentativas de redefinição dos parâmetros de organização social, de ação e intervenção”, destacando ainda que o seu “caráter de ‘extraordinariedade’, reside justamente no potencial de explicação da emergência de novos recursos e repertórios de mobilização” (REIS, 2007b, p. 5). Assim, fazendo um uso *estratégico* da posse de determinados trunfos, esses agentes se inserem em períodos de reformulações do *espaço dos possíveis* político e intelectual no Maranhão. Entre estes se destacam a boa “oralidade” e “retórica”; o domínio de determinados “saberes” e a importação e retradução de conhecimentos e “fazeres” adquiridos através de

experiências em outros estados e no exterior, o que também possibilitou a alguns a ampliação de suas relações pessoais e a criação de vínculos qualificados; em outros casos são enfatizados os usos da honorabilidade de seus ascendentes ou o domínio de outras línguas e linguagens oriundas de contextos mais “centrais” em substituição ou compensação à carência de recursos tangíveis, por exemplo. Isso se constata a partir da observação sobre os recursos sociais que possuíam os agentes mais destacados nas disputas que se seguem, principalmente ao longo das décadas de 50 e 60, momentos de *crises políticas* “locais” e de emergência de novos “repertórios de mobilização” (REIS, 2007).

Conjugados a essas *crises* os rearranjos *faccionais* acompanharam as transformações estruturais no sistema educacional interno ao estado, demonstrado pela expansão do número de instituições e dos tipos de graduação do ensino superior no Maranhão, notadamente dos cursos das áreas “humanas” e “sociais”, e os investimentos escolares feitos em outros estados ou países. Importante ressaltar que os agentes que atuaram politicamente nos momentos “críticos” desses rearranjos passaram a referir-se constantemente àqueles feitos, reatualizando-os e revalidando sua importância e o caráter “excepcional” de suas atuações enquanto “intelectuais”.

Esses momentos históricos propiciaram a intervenção de agentes cujas habilidades intelectuais – herdadas ou adquiridas, no segundo caso principalmente através de investimentos escolares em contextos “centrais” e experiências em outros países – permitiam-lhes a importação e reinterpretção de projetos e *sentidos* político-ideológicos e estético-literários. A exemplo de Bandeira Tribuzi, como observa Arlete Nogueira da Cruz Machado:

Ele trazia de Portugal, nos seus 20 anos, uma linguagem poética distante das tradições romântico-parnasiana-simbolistas, que vicejavam entre nós. Tendo estudado em Coimbra, familiarizou-se com a poesia de Fernando Pessoa, Sá Carneiro e José Régio, trazendo também para a província uma mentalidade e um interesse pelo social. (CRUZ, 2003. p. 39)

Também Lucy Teixeira e Ferreira Gullar, que organizariam o “Congresso Súbito de Poesia” em 1949, alcançaram notoriedade pelo uso estratégico de semelhantes trunfos, o que lhes possibilitou alçar posições destacadas nesse processo. Não por acaso estes três últimos escritores citados (Bandeira Tribuzi, Lucy Teixeira e Ferreira Gullar), somando-se a eles Lago Burnett e Oswaldino Marques, concentram, em grande parte da crítica literária “local”, as aclamações de uma “geração” precursora da “nova poesia maranhense”. A título de exemplo, segue este breve comentário de Jomar Moraes:

exagerado não seria afirmar que igualmente Alguma Existência [primeiro livro lançado por Bandeira Tribuzi] tornou-se pedra angular da nova poesia maranhense,

imediatamente revelada por diversos livros, a exemplo de *Um Pouco Acima do Chão*, de Ferreira Gullar, ou de *Estrela do Céu Perdido*, de Lago Burnett (ambos de 1949) (In: *O Guesa errante*. Edição 62).

Situação espacial e diferenciação social

A definição das posições relativas dos grupos e agentes inseridos em um *espaço social* parte da interpretação de uma dada *configuração* (ELIAS, 2006) como um universo multidimensional, cujos princípios de diferenciação e hierarquização, aproximação e distanciamento se estabelecem pela desigual distribuição do montante de capitais sob condições objetivas e o seu peso relativo, mensurado pelas propriedades sociais dos agentes que o constituem. Isso feito, poderemos analisar os condicionantes sociais para suas diferentes formas de ingresso e reconhecimento, bem como as obras literárias como tomadas de posição atinentes às condições objetivas a que se encontram submetidos (porque atuam através da poesia, romance, crônicas etc.) e em torno das pautas legítimas que se estabelecem em todo espaço de lutas. Assim, cada autor

[...] afirma a distância diferencial constitutiva de sua posição, seu ponto de vista, entendido como vista a partir de um ponto, assumindo uma das posições estéticas possíveis, reais ou virtuais, no campo de possíveis (tomando, assim, posição em relação a outras posições). Situado, ele não pode deixar de situar-se, distinguir-se, e isso, fora de qualquer busca pela distinção [...] (BOURDIEU, 2005, p. 64).

Em uma dimensão mais geral, as origens geográficas se constituem em importante variável de análise para este tipo de pesquisa, posto que, através dela – sempre pensadas de forma relacional –, poderemos investigar as relações existentes entre a origem geográfica e a posição social dos agentes, bem como a investigação sobre o controle de alguns recursos sociais condicionados pela relação centro/periferia (investimentos escolares, contato com “tendências” e “movimentos” culturais etc.), no esforço de aproximação do que Christophe Charle chamou de uma *geografia social* (CHARLE, 1977).

Quadro 1 - Concentração da população residente no Maranhão

População residente, na capital e “interior” (1940-2000)						
Maranhão	População residente (%)					
	Total		Capital		“Interior”	
	1940	2000	1940	2000	1940	2000
	1. 235. 169 (100)	5.651. 475 (100)	85. 583 (6,9)	870. 028 (15,3)	1. 149. 586 (93,0)	4. 781. 447 (84,6)

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940/2000.

Os quadros abaixo, demonstrativos da quantidade de instituições escolares e de concluintes do ensino primário, médio e superior no estado, indicam a gradativa concentração dessas instituições na capital à medida que se eleva o grau de escolaridade. Situando-nos ainda na década de 40, temos, quanto ao nível fundamental, cerca de 12,5% das instituições de ensino localizadas em São Luís, percentual que aumenta consideravelmente se mantivermos essa comparação entre a capital e o restante do estado com respeito ao nível médio, chegando a 88,8% e culminando em 100% das instituições de nível superior situadas em São Luís.

Quadro 2 - Concentração das instituições escolares por graus de ensino

Segundo as categorias do ensino (%)				
Ano - 1944	Total	fundamental	médio	superior
Maranhão	862 (100)	810 (93,9)	9 (1,0)	2 (0,2)
São Luís	136 (15,7)	102 (12,5)	8 (88,8)	2 (100)

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Saúde. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1948. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, 1949.

Quadro 3 - Concentração das conclusões de curso no Maranhão

Segundo as categorias do ensino (%)				
Ano - 1946	Total	fundamental	médio	superior
Maranhão	4. 310 (100)	3. 501 (81,2)	327 (7,5)	9 (0,2)
São Luís	1. 740 (40,3)	1. 016 (29,0)	306 (93,5)	9 (100)

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Saúde. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1950. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, 1951.

É ainda relevante observar que já no início da década de 1960, possuindo o Maranhão 99 municípios, em apenas 17 deles havia estabelecimentos de ensino em nível médio³. Em se tratando especificamente das instituições de nível superior, além da desproporcionalidade entre o volume populacional e a quantidade de instituições existentes no estado, todas elas se concentravam em São Luís até meados da década de 40.

O que se pretende através da análise desses dados relativos à identificação dos seus locais de nascimento é a investigação das condições sociais de recrutamento dos agentes que ingressaram na carreira literária entre os anos de 1945 e 1964. Portanto, as características dos municípios onde nasceram – em relação a um contexto mais geral do estado –, conjugadas aos

³ cf. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Anuário estatístico do Brasil 1961. Rio de Janeiro: IBGE, v. 22, 1961.

recursos sociais desses agentes nesse período de *ingresso*, apresentam-nos dados importantes sobre o processo de “seleção” de uma elite letrada.

Demonstra-se, nesse universo social, uma concentração maior de casos nascidos no Leste do estado e principalmente em sua região Nordeste. O desnível aumenta consideravelmente se levarmos em conta o número de casos nascidos em cada município, com mais da metade situando-se em São Luís (52%), percentual que nos serve como importante elemento indicador das condições delimitadas social e geograficamente quanto às possibilidades de inserção e afirmação na “elite intelectual maranhense”, influenciando no que podemos chamar de *controle das oportunidades* (TARROW, 2009) de investimentos escolares em nível superior e de engajamento nos “movimentos” culturais.

Tais entraves contribuem, portanto, para o delineamento de polos de atuação literária entre os produtores da capital e os “excluídos do interior”, dificultando também o acesso a importantes espaços de *socialização* e produção literária – tendo em vista que também os mais destacados movimentos culturais e as principais editoras tenderam ambos a se concentrar em São Luís. Assim, a raridade das opções, agravadas pelas dificuldades geográficas de acesso, exige um dispêndio maior de recursos materiais e tempo para investimentos escolares cujos diplomas gozam de maior valorização social, fossem com respeito ao tipo de instituições ou quanto aos graus de escolarização, como a possibilidade de investimentos no ensino superior, dificultando a aquisição e reconversão dos recursos importantes ao ingresso na carreira literária, principalmente às camadas sociais mais desprovidas de capital econômico.

Considerados a partir dos locais de obtenção dos graus de escolaridade mais altos, o maior número de casos identificados concentra-se em São Luís (12), distribuindo-se os demais por outros estados (9), no exterior (3) e situam-se no “interior” 2, que, apesar de se auto-intitularem “autodidatas”, são contabilizados entre os que possuem nível fundamental, pelas informações que obtivemos a seu respeito. Sobre 11 casos não obtivemos informações sobre seus locais de escolarização.

Os dados obtidos demonstram ainda que aqueles que fizeram seus investimentos escolares mais altos em São Luís (12) estudaram em sua maioria em instituições públicas, tanto para a conclusão do que equivaleria hoje ao ensino médio, quanto para os graduados e pós-graduados, estes dois últimos títulos concentrados na Universidade Federal do Maranhão. Apenas 2 casos

concluíram os estudos mais altos em escolas particulares de São Luís e possuem escolaridade em nível médio.

Os nascidos fora de São Luís (17) tenderam a situar, em sua maioria, os investimentos escolares mais altos nesta cidade (7) ou em outros estados (6), havendo ainda 1 caso pós-graduado no exterior e 2 que permaneceram no “interior”; sobre 1 deles não obtivemos informações a respeito de sua escolaridade. Quanto aos nascidos em São Luís (20), temos 5 casos situados nesta mesma cidade, 3 que fizeram seus investimentos escolares mais altos em outros estados e ainda 2 no exterior, 1 com nível médio e outro com pós-graduação. Destaca-se também o elevado número de casos sem informações relativas à sua formação escolar. Quanto aos diferentes graus de escolaridade entre os nascidos na capital e no “interior”, destaca-se neste último um maior investimento na formação superior, apontando para a necessidade de maiores investimentos desse tipo entre os egressos do “interior” para que ingressassem na carreira literária.

Essas observações nos permitem levantar duas constatações, atentando para o pressuposto acima sobre a noção de *controle das oportunidades*. Em primeiro lugar, que a capital do estado, além de se constituir como espaço privilegiado para a atuação literária desses agentes (publicação em jornais e através de editoras locais, socialização em movimentos culturais etc.), afirma-se igualmente como o mais importante polo de investimentos escolares dessa parcela da elite intelectual “local”. Em segundo, aponta para o destaque dos agentes portadores de diplomas adquiridos fora do estado e – principalmente em se tratando das pós-graduações – no exterior e os postos que passam a ocupar na administração pública, conforme veremos adiante.

Sobre os tipos de graduação investida pelos nascidos em cidades do “interior” do Maranhão e realizada fora do estado ou no exterior, considerando-se apenas seus investimentos mais altos entre os que tiveram formação superior, temos:

Quadro 4 - Cursos de graduação entre os nascidos no “interior”

Direito	Medicina	Teatro	Total
9	1	1	11

Fonte: repertórios biográficos

Entre esses, 2 acumulam duas graduações, 1 com formação em direito e filosofia, outro em medicina e psicologia.

Seguindo os mesmos critérios para a exposição dos dados acima, agora com respeito aos nascidos em São Luís, distribuem-se os agentes segundo os cursos seguintes, havendo ainda 1

caso que possui duas graduações (direito e pedagogia). Quanto aos casos que acumulam duas graduações, optamos por apresentar nos quadros apenas os cursos de maior “reconhecimento” social.

Quadro 5 - Cursos de graduação entre os nascidos em São Luís

Direito	Serviço Social	Odontologia	Medicina	Total
2	1	1	1	5

Fonte: repertórios biográficos

Também a expansão do sistema universitário no estado e sua conseqüente concentração em São Luís inflexionou lenta e progressivamente a tendência a investimentos escolares antes pendentes em sua maioria a outros estados ou ao exterior, o que contribuiu fortemente para um recrutamento das elites intelectuais “locais” cada vez mais concentrado em São Luís.

Quanto aos que possuem título superior sem pós-graduação (12), apenas 3 nasceram em São Luís, enquanto entre os nascidos no “interior” contam-se 9. Entre os que possuem pós-graduação (4), 2 nasceram na capital e 2 no “interior”. Considerando-se apenas o curso superior preponderante, no caso o bacharelado em direito (11), ocorre um desequilíbrio pendente ao “interior”, 9 (81,8%) contra 2 (18,1%) entre os nascidos na capital. A criação da Fundação Universidade do Maranhão (FUM)⁴, que posteriormente cederia lugar à Universidade Federal do Maranhão (1966), constituiu-se no principal espaço de aquisição de títulos escolares desse conjunto de agentes. Porém, se por um lado estes serviam à manutenção do *status* de pertencimento dos “herdeiros sem herança” aos grupos dirigentes do estado, descendentes que eram, em grande parte, dos “vultos” políticos e “intelectuais” de outrora, por outro atendiam às necessidades de investimentos de famílias ascendentes política e economicamente, o que intervirá também nas diferentes “escolhas” dos cursos, nos cargos ocupados na administração pública e nos diferentes gêneros de produção literária investidos por esses agentes. Assim, torna-se imprescindível a análise das diferentes carreiras desses “intelectuais” associadas à história social de suas famílias.

⁴ A Fundação Universidade do Maranhão – FUM – fora criada pelo Governo Federal através da Lei de nº 5.152, de 21/10/1966, e abarcava a Faculdade de Filosofia, a Escola de Enfermagem “São Francisco de Assis” (1948), a Faculdade de Direito (1945), a Escola de Farmácia e Odontologia (1945), a Escola de Serviço Social (1953), a Faculdade de Ciências Médicas (1958) e a Faculdade de Ciências Econômicas (1965). Teve como seu primeiro reitor o médico Pedro Neiva de Santana, também eleito posteriormente (1979) para a AML. Como observa Patrícia Portela, “o profissional de medicina é considerado, nesse contexto histórico-social, como uma das profissões qualificadas à ocupação destes novos postos” (cargos públicos) (NUNES, 2000, p. 339). A finalidade da FUM seria a implantação progressiva da Universidade do Maranhão, que posteriormente, com a criação de novos cursos, passaria a se chamar Universidade Federal do Maranhão.

Essa premissa remete-nos a um problema ainda mais complexo e correlaciona algumas observações feitas por dois importantes estudos realizados sobre os intelectuais brasileiros. Por um lado confirma-se neste universo a observação feita por Miceli sobre a relação que se estabelece entre a situação familiar com relação ao polo dominante no momento de ingresso na carreira literária e os destinos sociais desses “intelectuais” a partir das condições e possibilidades de gerência do capital familiar herdado, segundo segue:

A distribuição dos agentes propensos a uma carreira intelectual pelas diferentes carreiras possíveis nessa conjuntura vai depender, de um lado, da *posição em que se encontram as famílias* desses futuros intelectuais em relação ao pólo dominante da classe dirigente e, de outro, do montante e dos *tipos de capital escolar e cultural disponível* conforme o setor da classe dirigente a que pertencem. (MICELI, 2001, p. 81, grifo nosso)

No entanto, devemos atentar às críticas feitas por Pécaut quanto à relação de determinação, subjacente no trecho supracitado, considerando que em universos sociais onde não se configura a existência de um “campo cultural autônomo, capaz de produzir uma hierarquia institucionalizada de posições, esses interesses só podem ter uma consistência limitada” (PÉCAUT, 1990, p. 22). O autor refere-se à noção de “interesse de autopreservação” da fração de classe a que pertenciam os “intelectuais” herdeiros da classe dirigente no Brasil analisados por Miceli, situados entre os anos de 1920-1945 (MICELI, 2001).

No contexto maranhense, a criação da SOMACS – Sociedade Maranhense de Cultura Superior – constitui-se em proveitoso exemplo das relações pouco autônomas que o domínio intelectual estabelece com outros espaços de atuação social. Tal como observa Patrícia Portela, trata-se de uma instituição vinculada à Arquidiocese Metropolitana de São Luís. Criada em 1955, teve como primeiro presidente D. José de Medeiros Delgado e fora de grande importância para a fundação da Universidade Católica, que abarcava as Faculdades de Filosofia, Ciências Médicas, Enfermagem e a Escola de Museologia. Ainda segundo a autora, isso evidencia “uma estreita relação entre instâncias do campo intelectual e instâncias do campo religioso” (NUNES, 2000, p. 225-226). Seria necessário um estudo de maior abrangência para a compreensão das formas de seleção e recrutamento de elites em universos sociais cujos amálgamas entre domínios sociais diversos ocorrem de forma tão imbricada.

As “escolhas” dos cursos também nos apresentam importantes indícios sobre as *estratégias* de aproximação com os polos mais dominantes, no intuito de atender às novas demandas criadas na administração pública, bem como a ausência desses investimentos escolares justificada pelas inclinações a um distanciamento dos reconhecimentos institucionais, atendendo

a “estilos de vida” mais “isolados” e “autênticos” que caracterizariam para alguns a “verdadeira vida de poeta”.

Quanto a isso, os dados obtidos demonstram que, em se tratando dos tipos de formação superior, dividem-se os agentes entre 5 “escolhas” de cursos para a primeira graduação e 3 para a segunda, apresentando uma variação de pelos menos 8 tipos de cursos. Não obstante apresentem uma diversidade razoável, destaca-se a preponderância pelo curso de direito (11) sobre um total de 16 casos com nível superior completo, entre graduados e pós-graduados – 11 casos não apresentaram informações relativas a seus graus de escolaridade. Importante observar que, tomados por “área de estudos”, à exceção de 3 graduações na “área da saúde”, todos os demais se aglutinam em torno dos cursos das áreas “humanas” e “sociais”. As informações abaixo resumem o total de graduações e pós-graduações obtidas pelos agentes. Observe-se que o total de pós-graduações apresentadas difere do total de casos com esse título, já que duas delas pertencem a um único agente.

Todas as primeiras graduações (16) se deram em instituições federais, concentrando-se 8 na capital do estado; as 8 demais se distribuem por outras capitais mais “centrais” no país. Há 3 casos que possuem segunda graduação, 2 realizadas na UFMA (filosofia e pedagogia) e uma na UFBA (psicologia). Quanto às pós-graduações (5), 1 se deram na UFMA, 1 na UFF, 1 na UFPR e 2 em outros países, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Profissionalmente, divide-se a população analisada entre professores, médicos, advogados, bancários, jornalistas e ainda alguns que se mantiveram atrelados a funções públicas comissionadas. Sobre 6 casos não obtivemos informações a respeito de suas profissões.

Em termos percentuais, no entanto, observa-se que os agentes analisados não apresentam grande diversificação profissional, estando suas principais atividades concentradas no jornalismo. Cerca de 51,3% trabalharam nos principais jornais de São Luís, exercendo cargos que vão desde editores a repórteres, cronistas, redatores, copidesque ou chargistas. Porém, o envolvimento nesses jornais serve a esses agentes principalmente como possibilidade de publicação de crônicas, contos e críticas literárias ou políticas. Essa observação congrega dois elementos importantes: a constituição dos jornais como um dos principais espaços de atuação literária desses agentes e sua concentração na capital do estado, à exceção de alguns casos que passaram a viver em cidades mais “centrais” no país.

Ainda que em posições duplamente dominadas, os “intelectuais” aqui analisados, através do uso *estratégico* do *capital* de relações sociais e da posse de determinados recursos – dentre os quais se destaca o grau de escolaridade e o tipo de formação superior –, conseguiram estabelecer um certo controle das possibilidades de acesso a determinados cargos públicos, o que se demonstra pelos dados relativos ao número de casos que possuem graduação, principalmente com relação à formação em direito ou acrescida de pós-graduação, e o nível dos postos que ocuparam na administração pública.

O quadro abaixo demonstra a relação entre a posse de títulos escolares de nível superior e a importância dos cargos públicos ocupados, tratando-se apenas dos 28 casos que se inserem nesta segunda característica.

Quadro 6 – Titulação escolar e ocupação de cargos públicos⁵

Título		Alto	Médio	Baixo
Superior + pós	Cargos públicos	2	2	
Superior		5	3	1
Médio			1	3
Fundamental			2	1
Não informados		3	2	3
Total		10	10	8

Fonte: repertórios biográficos

Na relação entre os tipos de titulação escolar e os níveis dos cargos públicos ocupados por esses agentes, salta-nos à vista a correspondência entre a formação em Direito e a importância das funções exercidas na administração pública. Outro dado interessante é que a combinação da formação jurídica com a pós-graduação tende a distanciar os agentes que possuem tais recursos dos espaços institucionais orientados à produção “cultural” e a aproximá-los da dimensão econômica na administração pública, sendo verdadeiro também o processo inverso, ou seja, quanto mais distantes da esfera jurídica e menor o grau de escolaridade desses agentes, mais eles tendem a ocupar funções administrativas em Secretarias e Departamentos vinculados à produção cultural em sentido amplo. Cabe ainda ressaltar que, dentre os que detêm os mais altos níveis escolares identificados (graduação + pós), nenhum deles ocupou qualquer cargo eletivo, demonstrando, portanto, ser pouco relevante, no universo social aqui analisado, a correspondência entre o título escolar e as posições ocupadas no espaço do poder político “local”

⁵ Dados os limites para esta publicação, não nos foi possível uma descrição detalhada dos critérios adotados para a hierarquização dos cargos públicos. O mesmo ocorre quanto à descrição de todos os 37 agentes analisados.

e apontando para a necessidade de se investigar em outras formas de recrutamento e recursos sociais exigidos para o ingresso na carreira política eletiva, no universo social que analisamos.

Dentre os 5 casos que ocuparam cargos eletivos, nenhum nasceu na capital e o fato de apenas 2 possuírem titulação em nível superior nos instiga a analisar formas complementares e que extrapolam a relação direta entre título e posto no processo de afirmação e progressão no domínio político, como a importância na inserção de redes de relações através de “movimentos” políticos e culturais, como as “Oposições Coligadas”, o “Centro Cultural Gonçalves Dias”, o “Grupo Movelaria Guanabara” e outros. No entanto, esses “movimentos” não poderão ser contemplados neste artigo, dadas as limitações de espaço.

A maioria desses agentes se ocuparam do que podemos chamar de cargos públicos estratégicos junto a Institutos, Secretarias ou Fundações públicas vinculadas à produção cultural do estado, exercendo funções de direção nessas instituições. Tomemos Jomar Moraes como caso ilustrativo: Diretor do Serviço de Administração da Secretaria de Educação e Cultura (1970-71); diretor da Biblioteca Pública do Estado – então vinculada, assim como o Teatro Arthur Azevedo, à SECMA (1971-73); diretor do Departamento de Assuntos Culturais da Fundação Cultural do Maranhão (1973-75); diretor do SIOGE (1975-80); diretor do Departamento de Assuntos Culturais da UFMA (1981-85); Secretário da Cultura do Estado do Maranhão (1985-87); pertenceu ao Conselho Estadual de Cultura e ao Conselho Universitário da UFMA. Junto à Academia Maranhense de Letras exerceu sua presidência de 1984 a 2006. Note-se que o SIOGE, durante as décadas de 70 e 80, destaca-se como um dos mais importantes espaços de publicação dos escritores “locais”, conforme se atesta na observação feita por Arlete Nogueira da Cruz:

[...] teremos um saldo de aproximadamente 150 novos títulos de autores maranhenses, entre edições e reedições, juntando-se aí poetas, ficcionistas, ensaístas, historiadores etc, que estavam à espera de quem publicasse seus livros. Nunca se publicou tanto no Maranhão, em que pese alguma subliteratura incluída aí (CRUZ, 2003. p. 59).

Porém, se por um lado o domínio literário encontra-se subordinado a princípios de funcionamento e legitimação externos, esses mesmos escritores, recorrendo à administração pública como espaço de afirmação social e mesmo de sobrevivência financeira, ocupam simultaneamente cargos relacionados a setores semelhantemente subordinados às determinações do polo mais dominante, relativo à administração das finanças e jurisdição do estado. Ao todo, 28 dos 37 casos analisados exerceram algum tipo de atividade na administração pública, ou seja, 75,6%.

Em sua quase totalidade estiveram vinculados a gestões relacionadas à “cultura” em sentido amplo, ou seja, a Secretarias e Departamentos de Cultura, Educação ou Patrimônio Histórico e direção ou assessorias de Fundações Culturais, posições dominadas, se consideradas em relação às nomeações atinentes ao polo mais dominante da administração pública, como os órgãos judiciários ou fazendários. É notória a superioridade numérica das ocupações de funções ligadas à produção cultural a partir das instituições mencionadas, porém, filtrando-se apenas os cargos mais altos ocupados por esses agentes, essa maioria desloca-se para as instituições ligadas às administrações fazendária e jurídica, que também concentram o maior número de postos de nível mais alto. Os casos que se mantêm vinculados à produção cultural do estado, mesmo considerando-se apenas seus postos mais altos ocupados, tendem a se manter nos níveis médio e, principalmente, baixo dos postos públicos.

Outro dado importante é a relação que se estabelece entre os graus de escolaridade dos agentes e os níveis dos cargos públicos que exerceram. Dos 10 casos que ocuparam os postos de nível mais altos 5 possuem título superior, 2 pós-graduações e a respeito de 3 deles não obtivemos informações de suas formações escolares. Com perfis escolares muito aproximados, os que ocuparam os postos públicos mais altos em nível médio distribuem-se entre 3 com título superior, 3 com pós-graduações, 1 em nível médio e 2 com escolaridade de nível fundamental. Não obtivemos informações escolares a respeito de 1 deles. Os 8 casos que ocuparam os cargos públicos mais baixos; tendem também a concentrar, em média, os graus de escolaridade também mais baixos, mesmo o único com formação superior possui o título de graduação menos valorizado socialmente entre os tipos identificados nesta pesquisa. Assim, distribuem-se em 1 com formação superior (Teatro), 3 com nível médio, 1 com nível fundamental e em relação a 3 casos não obtivemos informações escolares.

Em se tratando da ocupação de cargos eletivos se distribuem os casos, considerados a partir do exercício dos seus primeiros mandatos, em 2 vereadores, 1 prefeito, 1 deputado Estadual e 1 deputado federal e, quanto aos postos mais altos ocupados, ocorre apenas uma substituição, da Deputação Federal pela Presidência da República.

Duas observações se fazem necessárias. A primeira diz respeito à ausência de variação, no universo analisado, entre os agentes que ocupam cargos eletivos, e mesmo quanto aos tipos de cargos há modificação em apenas um deles, que ascende da Deputação Federal à Presidência da República (José Sarney). A segunda se refere à perspectiva de análise adotada e ao processo de

constituição do universo empírico. Note-se que os recursos acionados, as estratégias e os diferentes tipos de *coalizões* estabelecidas pelos agentes ao longo de suas trajetórias são tomados aqui a partir de uma perspectiva diacrônica, no intuito de percebermos as continuidades e transformações ao longo do tempo de determinadas estruturas sociais a partir de sua análise em um momento específico. Assim, a permanência de determinados nomes ocupando os cargos políticos, conforme descritos acima, sem a inserção de novos agentes – dentre os casos aqui analisados – apresenta-nos a hipótese de concentração de determinados recursos sociais necessários à ocupação desses postos há uma à espécie de monopólio das possibilidades de atuação no domínio político (pertenceram aos mesmos “movimentos”, instituições de consagração, publicaram pelas mesmas editoras etc.).

Nascidos no intermédio dos anos de 1897 e 1940, a maioria desses “intelectuais” vivenciou, entre as décadas de 1930 e 1960, alguns eventos particularmente marcantes para suas trajetórias frente às novas estratégias de inserção ou permanência entre os grupos dominantes, a serem adotadas por conta das modificações nas clivagens e novas *coalizões*, o que implicou novos rearranjos das posições sociais e modificação das formas, recursos e espaços de afirmação intelectual.

Destaca-se, durante a década de 30, a composição de três importantes *facções* políticas sob o epíteto dos nomes dos seus respectivos líderes: a “genesista”, que, sob a liderança de Genésio Rego, aglutinava-se em torno da URM – União Republicana Maranhense; a “marcelinista”, liderada por Marcelino Machado, cujo principal veículo de intervenção era o jornal “O combate”, de sua propriedade, e principal oposição ao situacionismo “magalhãesista”, liderado por Magalhães de Almeida, vinculado ao Partido Republicano – PR –, que “havia sido a principal liderança política do estado, comandando o processo que elegeu os três governadores durante a década de 20: Luis Domingues, Godofredo Viana e o próprio Magalhães de Almeida (PEREIRA, 2010, p. 38-39). Durante a década de 40, destaca-se a organização das Oposições Coligadas, frente “oposicionista” organizada para disputa direta com a “oligarquia” então liderada por Vitorino Freire. O grupo das “Oposições” teve entre seus pontos fortes a organização da chamada “Greve de 51” e a eleição de José Sarney, sua principal liderança, para o governo do estado em 1965.

Embora tais organizações políticas adquiram feições de eventos “regionalistas”, devem ser compreendidas também sob os efeitos de uma série de mobilizações em torno da

problemática referente à derrocada das “oligarquias” e o fortalecimento do Estado, decurso iniciado nas primeiras décadas do século XX e com semelhantes formas de intervenção dos intelectuais que atuaram em estados mais “centrais” – principalmente os de MG, SP, RJ e PE –, em relação ao contexto maranhense e com pretensões nacionais, sendo o ajustamento da condição de “intelectual” vinculado ao reconhecimento sobre seu engajamento nesse processo, tanto durante a fase inicial do processo de “abertura política” no Brasil (1945), quanto na segunda metade do século XX, período de ascenso das universidades brasileiras como principais centros de formação dos “intelectuais”; não sendo, portanto, ocasional a importância daqueles estados para a aquisição de títulos escolares e socialização com “movimentos” culturais, a exemplo do “Modernismo”.

Porém, “isso adquire contornos e conforma padrões próprios para cada situação, visto que as condições desse processo podem ser muito específicas para cada caso” (CORADINI, 2003, p. 126). Lá, uma “consciência” e “organização nacional” a ser forjada e promovida; aqui, a tônica das reivindicações recai sobre o fortalecimento de uma “cultura genuinamente maranhense”, que retomasse a glória intelectual, política e econômica de seus letrados antepassados e de um período mitológico áureo do estado, Evocando e prescrevendo de uma problemática nada recente, no entanto perenizada, através de agentes e mecanismos responsáveis por sua imposição, constantemente recriando e reinventando um Maranhão que foi, sendo, tal como ocorre entre os “intelectuais” literatos que, remetendo-se constantemente às saudosas paragens e “láureos” anos da “literatura maranhense”, reivindicam, subrepticiamente (que aqui não equivale a desfaçatez), os epígonos desse “passado” perenizado, invocado sempre como um tempo à espreita do “novo” que se anuncia. Semelhantemente demonstram as investigações feitas por Alfredo Wagner sobre o processo de cristalização das explicações sobre as condições de estagnação e progresso sócio econômicas amparadas nos usos da ideia de “decadência” neste estado.

O intervalo de tempo a que elas se referem é cronologicamente mais próximo do tempo em que os intérpretes oficiais desenvolvem suas interpretações, assim como e notadamente do tempo em que se assinala o início imediato da *decadência*. Nota-se uma temporalidade própria às “causas”, contida num período bem delimitado e sobre o qual não há desacordo, isto é, da segunda até fins da quarta década do século XX. Ao mesmo tempo, considerando-se o tempo concernente à *decadência* como sendo sempre contemporâneo ao documento oficial que a está registrando e descrevendo, o que faz com que usufrua uma atualidade de caráter perene, que permeia os diversos pronunciamentos do governo provincial em diferentes décadas, percebe-se que assinalam as “causas” como acontecimentos de momentos sempre imediatamente anteriores. (ALMEIDA, 2008, p.73).

Entre esse “local” e o “nacional”, porém, uma continuidade: a noção de que, tal como promulgavam os “modernistas” de São Paulo, “**o plano cultural e o político são indissociáveis**: transformar uma nação latente em nação-sujeito supõe um empreendimento em ambos os níveis” (PÉCAUT, 1990, p. 27. Grifo nosso). A conjugação desses dois elementos na atuação dos “intelectuais”, transpostos para o contexto maranhense, constitui-se em uma das principais *estratégias* nas tomadas de posição desses agentes, nas disputas pelo poder político “local”: o reconhecimento de uma literatura “nacional” – transplantam-se modelos culturais sob a *estratégia* de acesso a prebendas no domínio político.

Às voltas com a série de transformações políticas ocorridas em âmbito nacional, no Maranhão conclui-se o chamado “Estado Novo” sob novos arranjos *faccionais*. Presencia-se em 1945 a derrocada do grupo “oligárquico” capitaneado por Magalhães de Almeida e o início do período que a historiografia “local” denominaria “vitorinismo”, expressão estigmatizante que designaria o predomínio no cenário político estadual por outra *coalizão* (BOISSEVAIN, 2003) “oligárquica”, agora liderada pelo então senador Vitorino Freire (PSD – 1945/1965). No bojo dessas transformações e pretendendo fazer frente ao estabelecimento “vitorinista”, instaura-se nesse período a aliança política intitulada por “Oposições Coligadas”, agrupando em torno de si diversos partidos e “intelectuais” que atuavam principalmente através da publicação de livros e jornais, reivindicando para si a tarefa “libertadora” do Maranhão, “pondo fim à oligarquia que estimulava o atraso do estado” (CRUZ, 2003, p. 44). Entre esses “intelectuais” e os espaços de atuação mencionados, destacam-se Neiva Moreira (à frente do Jornal do Povo), Lino Rodrigues Machado (que viria a ser um dos principais líderes da chamada “Greve de 51” – movimento liderado pelas “Oposições Coligadas” contra a posse de Eugênio Barros, apoiado por Vitorino Freire (PSD), no cargo de Governador do Maranhão – e dirigia o jornal O Combate) e Ribamar Bogéa (proprietário do Jornal Pequeno). Também contribuíram com esse “movimento”, através da literatura, Bernardo Coelho de Almeida, José Louzeiro, Bandeira Tribuzi e José Chagas, para citar apenas os nomes de maior destaque.

As posições ocupadas pelos escritores nesse período mantêm uma relação direta com domínios de atuação que extrapolam o que se poderia considerar exclusividade literária: a imprensa, que se constitui no principal veículo de divulgação e tomadas de posição, e a administração pública, cujos órgãos vinculados à cultura se estabeleceram como instâncias privilegiadas de sobrevivência pessoal e fomento à produção e publicação de suas obras.

Não possuindo formas de recrutamento e mecanismos de consagração autônomos, bem como a constituição de instituições ligadas à produção especificamente literária, recorriam às possibilidades ensejadas pelas posições ocupadas naqueles órgãos públicos para a publicação de suas obras e dos agentes constituintes dos *grupos* a que se vinculavam. Observa-se em vários casos que muitos destes postos devem-se às relações políticas herdadas de familiares cujo “passado áureo”, compreendido analiticamente como “capital de notoriedade” e o “capital de relações sociais”, é reconvertido e utilizado *estrategicamente* para a atuação intelectual amparada pela máquina pública. Cumprem-se aqui, reservadas suas peculiaridades, algumas características sociais do universo analisado por Miceli (2001), a saber, que

a rentabilidade do capital de relações sociais depende, no limite, das exigências do trabalho de dominação – ou seja, de fatores externos à lógica interna do funcionamento desse mesmo capital -, que tendem a encaixar os filhos dos “parentes pobres” [da oligarquia] nos postos que estavam sendo abertos e cujo acesso estava de todo vedado aos agentes das demais classes. (MICELI, 2001, p. 23).

A análise dos perfis dos agentes que ingressaram na carreira literária durante o período em pauta nos possibilita, portanto, apreender os condicionantes sociais da atuação literária em um *espaço* de concorrências, cujas condições prescindem de um *aparelho de celebração* autônomo e se caracteriza por sua relativa porosidade e interseção com outros domínios, implicando uma relação de imbricamento entre múltiplas lógicas e espaços de atuação.

Considerando-se a ausência de universos sociais com lógicas de funcionamento relativamente autônomas, instâncias de consagração e capitais específicos e, conseqüentemente, a inexistência de *subcampos de produção cultural* também específicos, dentre eles o literário, optamos pelo uso da noção de “intelectuais” remetendo-nos à associação generalizada entre os vários domínios de atuação desses agentes em torno da produção cultural e da atuação política, deixando em aberto “o problema da passagem de uma lógica de produção e de legitimação específica para o universo da ‘cultura’ e da ‘política’ em geral” (CORADINI, 2003, p. 127). Embora essa noção de “intelectual” possa abarcar a todos os que se envolveram com os mais diversos segmentos “culturais”, para os limites deste trabalho tomamos os agentes privilegiando suas atuações enquanto “escritores”.

Ocorre ainda que, dada a incipiente institucionalização do universo analisado, identifica-se nesta pesquisa uma forte pessoalização dos recursos sociais, o que significa que o peso dos capitais simbólicos em jogo está intimamente ligado a quem os possui e ao grupo social a que pertencem esses agentes, o que também justifica a importância das relações sociais

identificada na mencionada pesquisa em desenvolvimento e o quanto isso interfere nos deslocamentos operados nesse contexto.

A mobilidade desses agentes está, portanto, intimamente relacionada aos laços pessoais, às trocas de favores e *reciprocidades*, na lealdade pessoal, ou seja, esses vínculos estruturantes da vida social funcionam através da mediação de uma *rede* de relações que ligam os diversos domínios e segmentos sociais. Recorremos, portanto, à análise da dinâmica de lutas, sob um plano longitudinal e diacrônico, e comparativa entre os diferentes perfis sociais, no intuito de perceber o *sistema de desvios* (BOURDIEU, 1989) em que se inserem os agentes analisados.

Socialização, sociabilidades e espaços de afirmação literária

Outro elemento que contribuiu para que se concentrassem em São Luís os “vocacionados” à literatura fora a aglutinação dos principais serviços de imprensa, que se constituíram em espaços privilegiados de atuação desses “intelectuais”, bem como a possibilidade de inserção em “movimentos” culturais, *coalizões* e a proximidade com importantes espaços de publicação também livresca, fossem de domínio público (SIOGE, SECMA etc.) ou privado aos grupos *faccionais*, como as revistas, jornais, editoras etc. Todos com maior concentração em São Luís. Tomemos a localização dos jornais identificados no acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite e que circularam durante o período de 1945 a 1964 como demonstração dessa centralidade: dos 68 jornais, 52 (76,4%) localizavam-se em São Luís.

A atuação jornalística confere à maioria desses agentes (25) um status equivalente ao de “intelectuais”: à medida que por seu intermédio podem glosar-se na reivindicação e crítica das pautas legítimas, também lhes enseja a publicação de crônicas, contos, poesias e outros gêneros próprios à “literatura”, e por meio destes afirmam-se e distinguem-se literária e *faccionalmente*. Além disso, servem-lhes os jornais como importantes espaços de “sociabilidades e socialização, de tomadas de posição e criação de vínculos variados, etc. de cristalização de lógicas de identificação e competição” (REIS, 2007, p. 163).

A frequência das atuações no jornalismo eleva-se ainda mais se considerarmos os casos em que não há uma vinculação estritamente profissional, somando 25 (67,5%). Ainda em termos percentuais, prevalece entre esses agentes a escolaridade em nível superior (36%), os demais possuem nível médio (24%) e apenas 4% nível fundamental; também sobre 36% dos casos atuantes no jornalismo não obtivemos informações quanto à formação escolar. Destaca-se que

desse total de graduados, a grande maioria possui o título de bacharel em Direito (87,5%) e dentre estes 37,5% obtiveram seus títulos em outros estados. O caso residual possui graduação em teatro. Cruzando esse conjunto de informações com a importância dos postos públicos ocupados por tais agentes, temos, em números absolutos, a seguinte relação:

Quadro 7 - Escolaridade entre os que exerceram o jornalismo

	Escolaridade	Nº de casos
Exerceram o Jornalismo	Fundamental	1
	Médio	6
	Superior	7
	Superior + pós	2
	Não informados	9
	Total	25

Fontes: repertórios biográficos

Quadro 8 - Cargos públicos entre os que exerceram o jornalismo

	Cargos públicos / níveis	Nº de casos
Exerceram o Jornalismo	Alto	6
	Médio	7
	Baixo	6
	Não informados	6
	Total	25

Fontes: repertórios biográficos

Têm-se também uma relativa aproximação entre o nível dos cargos públicos ocupados e os investimentos escolares feitos pelos agentes que atuaram no jornalismo. Essa relação se torna ainda mais evidente se tomarmos apenas os bacharéis em Direito entre esses agentes (9), em que se inserem 3 dos 4 casos que ocuparam os cargos públicos mais altos.

Os dois agentes que atuaram no jornalismo e possuem pós-graduação ocuparam os cargos públicos mais próximos do que poderíamos chamar de polo dominante do Estado e mais distantes dos postos diretamente relacionados à produção cultural. Apontamos, ainda que sucintamente, essa correspondência, pela indicação de uma das principais hipóteses trabalhadas na pesquisa em desenvolvimento: a existência de uma correlação entre a elevação dos níveis de escolaridade e a aproximação dos agentes com o polo mais próximo da economia no poder político maranhense, distanciando-se, portanto, do polo mais dominado da administração pública, em que se situam os órgãos diretamente vinculados à produção cultural.

Posições no *espaço* e produção literária

Outra dimensão importante a ser analisada diz respeito à produção literária desses agentes, o que pressupõe a investigação do “sistema de desvios a partir do qual ela se situa no espaço das obras contemporâneas”. Essa etapa fundamental para a análise das disposições dos agentes no *espaço literário* exige, inelutavelmente, a “apreensão estrutural do respectivo autor” que se apreende a partir das “relações objetivas que definem e determinam sua posição no espaço de produção” (BOURDIEU, 2004, p.177-178).

Analisando entrevistas, prefácios de livros, artigos em jornais e textos biográficos produzidos acerca desses agentes, identificamos alguns elementos que se destacam a partir do trabalho de produção ideológica de suas vidas (Cf. BOURDIEU, 2005, p. 74-89) e cruzamo-los com as características mais distintivas entre seus perfis. Como resultado pretendemos a demonstração das relações existentes entre as condições sociais de ingresso na carreira literária, a posição que ocupa no *espaço literário* maranhense pelos usos de recursos sociais herdados ou adquiridos por novos investimentos (formação superior, experiências em outros estados ou no exterior etc.) e a objetivação dessas características em alguns fragmentos de publicações, à guisa de microanálises. Em síntese, o que se pretende é pôr em prática a compreensão de que a estrutura interna das obras é também reflexo da estrutura do *espaço social* no qual o próprio autor está situado.

Sem perder de vista o fato de terem esses “intelectuais” ingressado na carreira literária entre os anos de 1945 e 1964, destaca-se o montante de suas primeiras publicações voltadas em sua maior parte para o gênero poético (59,4%). Essa observação, conjugada ao período de ingresso desses agentes na carreira literária, adquire relevância ao percebermos as relações entre suas características sociais, as consequentes posições ocupadas pelos agentes e os gêneros a que se dedicaram na entrada e no decorrer de suas carreiras literárias.

Quanto à relação entre os tipos de publicação de estreia e os principais cargos públicos ocupados ao longo de suas trajetórias, observa-se que aqueles que iniciaram a carreira literária investindo em gêneros relacionados à economia ou ao direito tenderam a ocupar postos mais próximos do polo dominante da administração pública (Procuradorias, cargos de destaque em instituições e secretarias econômicas e chefias de gabinetes) ao longo de suas trajetórias, mesmo

que esses gêneros não se tenham afirmado como ao que mais se dedicaram no decorrer de suas carreiras literárias.

Todos eles, entretanto, continuaram de alguma forma vinculados à cultura, fosse atuando por outras vias no polo “feminino” do Estado, ou mesmo vinculando-se a “movimentos” ou outros tipos de instituições culturais. Destaca-se o número de escritores que ingressaram com a publicação de obras poéticas e o pequeno número de ocupantes de altos cargos públicos entre eles, o que nos indica uma relação entre as condições sociais de acesso a esses postos e a tendência a determinados tipos de produção literária, havendo inclusive pouca mobilidade entre o gênero da primeira publicação e os níveis dos cargos administrativos ocupados ao longo de suas carreiras literárias. Sobre essas mudanças, destacam-se Jomar Moraes e José Sarney, que iniciaram com o gênero poético e passaram a dedicar-se, no decorrer de suas trajetórias, a estudos biográficos e ao romance, respectivamente. Inflexão que também acompanhou o destaque que adquiriram na administração pública vinculada à produção cultural, no caso de Jomar Moraes, e no espaço do poder político, com José Sarney alçando à presidência da República.

A interseção dessas variáveis (gênero na primeira publicação, níveis de cargos públicos ocupados, tipos de investimentos escolares) nos fornece importantes indícios para a compreensão das lógicas de coesão e diversificação social em que se encontravam imersos esses “intelectuais” maranhenses. Em grande parte descendente de famílias atuantes no cenário político, algumas em processo de “desclassificação” social, outras de ascensão e afirmação enquanto classe dominante, esses intelectuais se situam através dos usos dos recursos, tangíveis e intangíveis, adquiridos por herança e dos investimentos em títulos escolares, atendendo às condições e possibilidades estabelecidas pelas transições políticas daquela conjuntura, em nível “nacional” e “local”.

A “drenagem dos produtores da capital” (cf. CHARLE, 1977), conjugada às experiências literárias trazidas de “fora”, também possibilitou algumas transformações e o estabelecimento de novos referenciais literários e conseqüentemente a valorização e produção a partir de novos “estilos” e “formas”. Se em meados do século XIX temos presente na “literatura maranhense” a valorização do simbolismo, parnasianismo e do romantismo presentes na evocação de poetas como Castro Alves, Paul Verlaine, Charles Baudelaire e Camões, os referenciais do vigésimo século – tomados a partir dos agentes aqui analisados – são, em sua maioria, o modernismo, o realismo, o concretismo e neo-concretismo, reverenciando autores como Fernando Sabino, Flaubert, Dostoiévski, Edgar Allan Poe e Thomas Mann, Paulo Mendes Campos, entre outros. O

saudosismo romântico, no entanto, não se descola totalmente desse conjunto de agentes, servindo sua referência como parâmetro das tradições literárias de um apogeu sempre resgatado: como fonte legitimadora entre os mais *estabelecidos*, como ponto de partida renovador entre os *outsiders* (ELIAS, 2000).

Constatamos que, para os descendentes de personagens destacadas no cenário político e intelectual maranhense, atuantes principalmente durante o início do século XX, que, no entanto, enfrentaram uma vigorosa transformação social, em grande parte decorrente dos rearranjos *faccionais* que deslocaram seus ascendentes das posições politicamente dominantes, o exercício literário lhes serve ao preenchimento de duas funções principais: a manutenção de um *status* “intelectual” apoiado nos usos do capital de notoriedade do grupo familiar e a possibilidade de inserção em redes de relações sociais situadas a meio caminho entre a “vala dos comuns” e os grupos dirigentes. Não sendo a titulação escolar seu principal recurso social acionado, os agentes tenderam a padrões medianos, com títulos de nível fundamental e médio adquiridos em instituições privadas da capital ou com breves passagens por outros estados. Em um contexto de expansão, ainda que lento, do número de cursos em nível superior e da progressiva importância que estes adquirem no processo de consagração intelectual (Cf. NUNES, 2002), os agentes destituídos desse recurso têm que se resignar a uma dupla subordinação: suste-se à margem dos grupos dirigentes pela atuação literária e depender da política como condição de sobrevivência das letras – posto que grande parte de suas publicações eram financiadas pelo estado – e de si mesmos, já que neles não havia nem *disposição* nem detinham recursos para a profissionalização fora do serviço público, onde ocuparam postos pouco relevantes.

Enquanto aqueles se afirmavam, principalmente, através do uso *estratégico* das associações com os grandes feitos dos seus familiares – com ênfase sobre as características intelectuais dos seus ascendentes –, outros, membros de uma “nova classe superior” (MILLS, 1968), investiram na aquisição de títulos de formação superior diversificados, porém com maior concentração em Direito, ou mesmo pós-graduando-se na capital e outros estados, todos adquiridos em instituições públicas. Estes casos constituem o perfil dos agentes melhor sucedidos em relação aos postos públicos ocupados, exercendo cargos médios e altos, além de serem os que mais se aproximam do polo mais dominante do estado, vinculando-se a setores jurídicos e econômicos da sua administração.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A Ideologia da Decadência: leitura antropológica de uma história da agricultura no Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/FUA, 2008.
- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. “Introdução a uma Sociologia Reflexiva”. In: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989a.
- _____. Por uma ciência das obras. In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: SP: Papyrus, 1996 (p. 53-91).
- _____. Leitura, leitores, letrados, literatura. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOISSEVAIN, Jeremy. “Coaliciones”. In: SANTOS, Félix Requena. **Análisis de redes sociales**. Barcelona: Siglo Veintiuno, 2003.
- CHARLE, Christophe. Situation spatiale et position sociale: essai de géographie sociale du champ littéraire à la fin du 19e siècle. In: **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, année 1977, volume 13, numéro 1 (pp. 45-59).
- _____. Prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: **Por outra história das elites**. Flavio Heinz (org.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CORADINI, O. L. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). Rio de Janeiro: **Revista Estudos Históricos**, nº 32, 2003, p. 125-144.
- CRUZ, Arlete Nogueira da. **Nomes e Nuvens**. Unigraf: São Luís, 2003.
- ELIAS, Norbert. *Introdução*. In: **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- _____. Para a fundação de uma teoria dos processos sociais. In: ELIAS, Norbert. **Escritos & ensaios: Estado, Processo, Opinião Pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006 (pp. 197-232).
- MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MILLS, C. Wright. A sociedade local. In: MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1968 (pp. 41-59).
- NUNES, Patrícia M. P. **Medicina, poder e produção intelectual**. São Luís: EDUFMA, 2000.
- PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.
- PEREIRA, Ariel T. **Um espectro ronda a Ilha: o comunismo na imprensa de São Luís (1935-1937)**. Dissertação de mestrado defendida no PPGCS da UFMA, 2010.
- REIS, Eliana T. **Contestação, Engajamento e Militantismo: da “luta contra a ditadura” à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado em Ciência Política/UFRGS, 2007.
- _____. Envolvimento e distanciamento: obstáculos e procedimentos para a análise dos processos de afirmação “política” e “intelectual” de militantes da “luta contra a ditadura”. **Anais IV Simpósio nacional: Estado e Poder: intelectuais**. São Luís: UEMA, 2007b.
- SILVA, Franklin L. **Intelectuais e política no Maranhão: perfis sociais e posições no espaço literário maranhense (1945 - 1964)**. Monografia de graduação em Ciências Sociais defendida na Universidade Federal do Maranhão, 2010.
- TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.